



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **Uma Ontologia para a Ação Coletiva Organizada An Ontology for Organizational & Collective Action**

Thiago Duarte Pimentel

[thiago.pimentel@ich.uff.br](mailto:thiago.pimentel@ich.uff.br)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Brasil

### **RESUMO**

Este ensaio teórico busca explorar a inserção do Realismo Crítico/RC na teoria social contemporânea, como um *intermezzo* necessário a construção de uma teoria social realista crítica da ação coletiva. Argumenta-se aqui que a convergência teórica entre sociologia organizacional e a da ação coletiva, identificada por Erhard Friedberg (1993), pode ser melhor explorada dentro de uma perspectiva realista crítica da ciência, em geral, e da teoria social, em particular, onde a teoria das subjetividades coletivas (Domingues, 1998; Vandenberghe, 2007) exerce um papel fundamental como nova forma de se considerar a análise da causalidade. A aplicação dos princípios de uma ontologia estratificada tal como proposta pelo RC, assim como a comensurabilidade paradigmática entre as ciências naturais e sociais – possibilitada pelo compartilhamento do intransitivo da realidade – resulta numa sociologia dos níveis da realidade (Brante 2001; Vandenberghe, 2007a,b; 2010). Assim, é possível localizar as organizações e instituições no nível intermediário de relacionamento entre agência e estrutura (Archer, 2000; Fleetwood & Ackroyd, 2004; Fleetwood, 2005; 2008a; 2008b; Elder-Vass, 2010; Vandenberghe, 2010), como uma entidade real com sua própria existência e poder causal que interfere na realidade. Ou seja, como uma instância relevante de estudo da teoria social e supostamente um nível apropriado para se aprofundar o conhecimento sobre os processos de constituição da sociedade (Ackroyd, 2000). Por outro lado, o foco no debate sobre a sociologia da ação coletiva organizada pode ser frutífero também para a teoria social, na medida em que pode lançar luzes para se revelar processos e mecanismos internos à “caixa preta” do nível mesossociológico (Bourdieu, 2001), dado que esta é uma categoria intermediária ao relacionamento entre agência e estrutura (Fleetwood, 2008b; Elder-Vass, 2010), à qual não tem sido dada a devida atenção, em especial às organizações e instituições, na teoria social (Ackroyd, 2000). Como resultados desse ensaio teórico, apresenta-se aqui um Modelo de Estruturação da Ação Coletiva Organizada, modulado no enquadramento de um campo social, e constituído de três momentos específicos: M1 - Espacialização, dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite o compartilhamento de uma mesma situação ou contexto da realidade material, que traz constrangimentos e habilitações aos sujeitos enquadrados nesta situação (Elder-Vass, 2010; Lacoste, 2008; Fleetwood, 2005); M2 - Identificação, que diz respeito ao compartilhamento de uma realidade ideal, na forma de símbolos comuns que unificam os indivíduos em interação, e permite a formação de uma comunidade imaginada, estabelecer as fronteiras do grupo social e sua identidade (Vandenberghe, 2010; Elder-Vass, 2010); e M3 - Representação, que diz respeito a um duplo aspecto de relacionamento do grupo, em face do seu ambiente interno e externo onde, representa-se externamente os resultados dos conflitos internos, com uma identidade singular, mediada por um representante (Luhmann, 1997; Fleetwood, 2008; Vandenberghe, 2010).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### ABSTRACT

This theoretical essay seeks to explore the insertion of critical realism in contemporary social theory, as a basic *intermezzo* from which it is necessary to draw up a realistic social theory of organizations and collective action. It is argued that the theoretical convergence between organizational and the collective action sociologies (O&CAS), identified by Friedberg (1993), can be explored within a critical realist perspective of social theory, where the theory of collective subjectivities (Domingues, 1995; Vandenberghe, 2007) plays an important role as a new form to consider causality. The application of the principles of stratified ontology proposed by the critical realism (RC), as well as the paradigmatic commensurability between the natural and social sciences – that is possible by intransitive level of sharing the reality –, results in a sociology of levels (Brante 2001; Vandenberghe, 2007a,b; 2010). So it makes possible to localize the organizations and institutions at an intermediate level of the relationship between agency and structure (Archer, 2000; Fleetwood & Ackroyd, 2004; Fleetwood, 2005; 2008a; 2008b; Elder-Vass, 2010; Vandenberghe, 2010) as a real entity with its own existence and causal powers that can interfere with reality. It is, therefore, a legitimate instance of studies in social theory - and, by extension, within the O&CAS - and a supposedly appropriate level to deepen the knowledge about the processes of constitution of society (Ackroyd, 2000). Conversely, the focus of the debate on O&CAS can be fruitful for its own social theory, as a hole, in that the opening of the "black box" of meso-sociological level (Bourdieu, 2001) may reveal processes and mechanisms related to the agency issue, as this is an intermediate category in the relationship between agency and structure (Fleetwood, 2008b; Elder-Vass, 2010), considering that to date there is no due attention to it in social theory (Ackroyd, 2000).

### Palavras-chave:

Realismo Crítico. Teoria Social. Ação Coletiva Organizada. Morfogênese/Morfoestase.

### Keywords

Critical Realism. Social Theory. Organized Collective Action. Morphogenesis/Morphostasis.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## I. Introdução

Este trabalho se insere, ontológica e epistemologicamente, na perspectiva do realismo crítico. Nela propõe-se a reafirmação da dimensão ontológica da realidade (a qual Bhaskar chamou de *intransitiva*), bem como seus rebatimentos na dimensão epistemológica (ou *transitiva* da realidade) que trata da possibilidade do conhecimento e das condições para sua ocorrência. Este enquadramento fornece, no âmbito da teoria social, uma forma de tratar da ontologia social e da natureza das relações entre agência e estrutura, que situa a discussão sobre o processo de estruturação da ação coletiva e seu resultado, em termos de elaboração de uma “entidade” socialmente real.

Ackroyd (2000) pondera que, entre os grandes teóricos da segunda geração da teoria social – Bourdieu, Giddens e Habermas –, o tema das organizações permaneceu marginalizado. Em sua interpretação, tal marginalização pode se dever ao fato de que a visão predominante na teoria das organizações (ou na sociologia das organizações) se pauta no *management* em vez das organizações como entidades e estruturas sociais coletivas.

Considerada do ponto de vista da teoria da ação, as organizações frequentemente passam a ser vistas como epifenômenos de interações sociais contextualmente localizadas e finitas, cuja produção e reprodução são sempre desfeitas quando cessa a interação e tem que ser refeita quando se estabelece nova interação. Neste caso, segundo Elder-Vass (2010), incorre-se no erro da conflação ascendente. Por outro lado, considerada do ponto de vista estrutural, as organizações têm colocado consideráveis problemas para os teóricos da agência humana, ao serem vistas como entidades opacas, blocos concretos, uma “caixa preta” da qual não se consegue desvendar a lógica de funcionamento interno. Aqui se incorre no erro da conflação descendente (ELDER-VASS, 2010).

Ainda numa terceira posição, ao tentarem recorrer ao construtivismo social como elo mediador na construção das organizações – fazendo assim uma transposição direta da lógica de argumentação social para o âmbito organizacional –, os teóricos organizacionais incorrem naquilo que os realistas críticos chamam de conflação central (ARCHER, 2000), e todos os problemas que vêm junto com ela. Assim, tudo se passa como se as organizações não existissem ou fossem apenas um efêmero momento entre a ação individual que emula a constituição coletiva e a estrutura social que “pesa” sobre o indivíduo.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Partindo do estado da arte dos estudos sobre as organizações, bem como a teorização acerca da categoria “coletivos” dentro da literatura da teoria social realista, identificou-se uma dupla lacuna: (1) nos estudos sobre as organizações, verifica-se a ausência de coerência e cumulatividade dos conhecimentos do campo, que é marcado por uma profunda dispersão de teorias e correntes orientadas por distintas tradições de pesquisa, todas, porém, tendo em comum sua filiação ao paradigma filosófico científico do positivismo e (2) nem a teoria social, em geral, nem a teoria social realista, e particular, elaboraram um relato que fosse capaz de dar conta e integrar, coerente e adequadamente, a categoria organização à sua proposta de teorização da realidade, restando por se fazer um relato específico que buscasse atacar o problema da organização (grupos sociais estruturados), como sugere Elder-Vass (2010).

Visando endereçar esforços para a melhor compreensão desta questão, o objetivo, então, deste trabalho foi *explorar a inserção do Realismo Crítico/RC na teoria social contemporânea, como um intermezzo necessário a construção de uma teoria social realista crítica da ação coletiva, de onde derivamos a construção de um Modelo de Estruturação da Ação Coletiva Organizada*.

O argumento central aqui defendido é o de que as organizações são entidades ontologicamente distintas e irreduzíveis aos indivíduos (nível microssociológico) e à sociedade (nível macrossociológico), com poderes causais próprios e intrínsecos à sua estrutura gerativa, que emergem de um processo gradativo e contínuo de estruturação das ações sociais, desde a ordem interacional até a ordem institucional, passando por três estágios de estruturação da ação coletiva: os grupos de interação autorreguladas (espontâneas), dados pelo compartilhamento de uma realidade material e artefactual, a formação de uma associação, dada pelo compartilhamento de uma realidade ideal e a formação de uma organização, dada pelo compartilhamento de uma realidade social. Cada um desses estágios representa um subtipo de entidade social dentro da estrutura social aqui denominada de sistemas sociais de ação coletiva que, por sua vez, seguindo a proposta de classificação dos níveis e das ordens sociais de Vandenberghe (2010g), está contida dentro da ordem institucional, do nível meso da realidade social.

Como resultados desse ensaio teórico, apresenta-se aqui um Modelo de Estruturação da Ação Coletiva Organizada, modulado no enquadrando de um campo social, e constituído de três



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

momentos específicos: M1 - Espacialização, dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite o compartilhamento de uma mesma situação ou contexto da realidade material, que traz constrangimentos e habilitações aos sujeitos enquadrados nesta situação (Elder-Vass, 2010; Lacoste, 2008; Fleetwood, 2005); M2 - Identificação, que diz respeito ao compartilhamento de uma realidade ideal, na forma de símbolos comuns que unificam os indivíduos em interação, e permite a formação de uma comunidade imaginada, estabelecer as fronteiras do grupo social e sua identidade (Vandenberghe, 2010; Elder-Vass, 2010); e M3 - Representação, que diz respeito a um duplo aspecto de relacionamento do grupo, em face do seu ambiente interno e externo onde, representa-se externamente os resultados dos conflitos internos, com uma identidade singular, mediada por um representante (Luhmann, 1997; Fleetwood, 2008; Vandenberghe, 2010).

## II. O Realismo Crítico: ontologia, epistemologia, *rationale* e metodologia

A despeito da pluralidade de ideias, conceitos e teses propostas e desenvolvidas no âmbito que se convencionou a chamar de realismo transcendental, partindo da escola *bhaskariana*, muitos desdobramentos ocorreram e devido à impossibilidade de se esgotar todo o assunto neste único ensaio, é que recorreremos à estratégia de apresentar, de forma sumarizada, as principais categorias que devem ser observadas dentro da perspectiva realista transcendental<sup>1</sup>.

Em geral, o RC trabalha com duas teses centrais: a reivindicação da ontologia e sua irredutibilidade à epistemologia; e a estratificação desta ontologia, a partir de mecanismos generativos ativos, dos eventos observáveis e dos fatos observáveis, que podem se manifestar ou não (Vandenberghe, 2007).

A ontologia refere-se ao domínio da realidade propriamente dita, na acepção de realidade ou do objeto em si, sendo este possuidor de propriedades e características intrínsecas que orientariam o processo de investigação, delineando até que ponto e de que maneira ele poderia ser feito. O RC adota como posição a ontologia realista, em que a realidade é vista como algo ou entidade que existe ‘lá fora’, isto é, de modo exterior e independente do ser humano ou do conhecimento que ele possa ter ou vir a ter da realidade. Segundo Bhaskar (1989) este domínio ontológico – ou dimensão intransitiva, já que ele é/existe por si só,

---

<sup>1</sup> Fazendo coro a proposta de Jessop (2005), optou-se aqui por sistematizar o núcleo duro do movimento, em sua ‘versão tradicional’, a fim de se evitar disparidades ou desvios introduzidos por abordagens específicas. Portanto, nos ateremos aqui às principais ideias da 1ª fase do RC em virtude do relativo consenso existente dentro do movimento sobre tais teses.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

independente de complemento – é constituído de diferentes estratos ou níveis, aos quais se pode (ou não) ter acesso e gerar conhecimento: o empírico, que é o mais superficial estrato da realidade e constitui-se das manifestações empíricas de um dado fenômeno, e que, portanto, podem ser observadas; o estrato efetivo, que seria um segundo estrato da realidade, não necessariamente observado, referente aos eventos ou a ocorrência de sucessivas transformações na realidade; e o estrato do real, terceiro e mais profundo nível da realidade, que remeteria às propriedades internas e intrínsecas de cada entidade (coisa em si) e que seria responsável por desencadear a atuação das manifestações de um fenômeno, nos demais níveis, já que aqui neste nível é que residiram, de forma imanente – os poderes causais das entidades<sup>2</sup>, sendo ativados mediante a sua exposição a determinadas circunstâncias (Jessop, 2005; Vandengerghe, 2007).

Um segundo elemento central dentro do RC é a dimensão transitiva do conhecimento – ou epistemológica – que ao invés de orientar o processo de descoberta científica, passa a ser orientada pela dimensão intransitiva ou ontológica. Para Bhaskar (1989) uma das características mais significantes das ciências sociais é que o fenômeno social ocorre somente em sistemas abertos, enquanto que a esfera natural há a possibilidade de fechamento artificial desses sistemas, como observado na física ou na química, e de fechamento parcial, gerando sistemas quase-fechados na biologia, mas com alto grau de controle das variáveis. Daí segue-se que situações decisivas de teste são impossíveis. Então, o critério de escolha de uma teoria ou desenvolvimento teórico deve ser exclusivamente explicativo e não preditivo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Fleetwood (2005, p. 199 – grifos no original) ainda acrescenta que uma “entidade é tida como sendo real se ela tiver uma eficácia causal, um efeito sobre o comportamento, fizer alguma diferença”. A confusão que geralmente é feita baseia-se na aceção tomada literalmente e acriticamente de uma (errônea) equivalência entre o ‘real’ e a ‘existência material’ ou física de uma entidade; e, por oposição, a equivalência (também errônea) entre o ‘não-real’ como sendo entidades ‘não-materiais’ ou sem existência física. Além disso, há que se considerar, segundo o mesmo autor, que as entidades reais podem sobrepor dois modos distintos ou mesmo passar de um modo a outro, já que tipicamente elas estão sempre em evolução e mudança.

Contrariamente a essa visão superficial e acrítica, os realistas críticos apontam que muitas coisas são reais, mas de diferentes modos, sendo possível identificar pelo menos quatro formas de realidade: (1) a material, que se refere a entidades materiais como a água ou a terra, que existem independentemente do que os indivíduos ou comunidades façam, digam ou pensem; (2) a ideal, que se refere a entidades conceituais tais como discurso, gênero, símbolos, etc. que podem ser entendidas como entidades discursivas, e que têm eficácia causal e que podem ter (ou não) um referente que pode ser idealmente real (ou não); (3) a artefactual, referindo-se a entidades – tais com cosméticos ou computadores – que são uma síntese de entidades física-ideal-socialmente reais; e (4) a social, que se refere a práticas, estados de coisas, estruturas sociais que constituem organizações humanas (FLEETWOOD, 2005).

<sup>3</sup> Como consequência haveria duas posições extremas do fato de se ter sistemas abertos: uma seria a possibilidade de se negar qualquer controle a *posteriori* numa teoria independente de sua aplicação prática, o que ressaltaria o caráter de impossibilidade de teste preditivo. A outra seria a observação do uso de uma bateria de técnicas estatísticas como mais ou menos adequada para se tentar substituir o fechamento experimental, o que negligenciaria os limites qualitativos da medição e a probabilidade de variação dos sistemas abertos. Porém, é necessário esclarecer que isso não implica em se jogar fora as previsões condicionais na ciência social. Além disso, uma teoria explicativa poderosa seria capaz de situar possibilidades mesmo antes de elas serem manifestadas, conferindo assim uma função prognosticativa no domínio social à teoria.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Jessop (2005) coloca que o conhecimento – domínio transitivo – é feito através de um processo contínuo de confrontação entre hipóteses<sup>4</sup> teóricas retrodutivas sobre os objetos intransitivos e demonstrações evidentes (ou evidenciáveis), geradas através da investigação transitiva. Estas demonstrações são mediadas pelo resultado da investigação científica e nunca refletem diretamente o domínio real ou o fenômeno atual (domínio efetivo).

Assim, chega-se a um terceiro elemento central do RC: o processo de racionalização científica (*rationale*). No RC a busca pela racionalização e explicação científica percorre um caminho diferente do paradigma convencional. Com questões como: como o mundo/realidade tem que ser para que ele seja passível de conhecimento por nós?; e “que propriedades possuem as sociedades que podem torná-las possíveis objetos de conhecimento para nós?” (Bhaskar, 1998, p. 1), Bhaskar inverte a tradicional lógica de questionamento, passando da ênfase na agência (como eu conheço o mundo?) para a ênfase na objeto ou coisa em si (como ele é ou deve ser para que possa ser conhecido?) e com isso muda o sentido e a orientação do raciocínio filosófico e científico – no realismo transcendental – gerando o que ele chama de retrodução (*retroduction*)<sup>5</sup>.

Segundo Jessop (2005) metodologicamente o RC aponta para a necessidade de se descobrir quais são as condições necessárias e suficientes para um dado *explanandum*. De acordo com Bhaskar (1998, p. 20-22) as “[...] simples generalizações empíricas somente são aceitáveis na ausência de conhecimento sobre os poderes causais ou mecanismos e outras condições que formam a melhor base para a retrodução descobrir os mecanismos e obter as condições que os geram”.

<sup>4</sup> O problema, então, de como resolver qualquer inconsistência entre hipóteses e evidência seria determinado dentro do paradigma prevalecente (hegemônico), com suas regras da ciência. Mas para estas regras serem aceitas como científicas elas devem prover uma base para julgamento racional entre diferentes reivindicações. Estas regras pertencem ao aspecto transitivo da ciência e por isso estão sujeitas a revisão e desenvolvimento. Assim, o relativismo epistemológico aqui empregado pelo realismo não se confunde ou compartilha do relativismo julgamental (i.e., a visão de que qualquer julgamento pode ser tão bom quanto qualquer outro). Afirmativas competitivas sobre o mundo intransitivo são frequentemente (mas nem sempre) possíveis de serem feitas (JESSOP, 2005).

<sup>5</sup> A retrodução é um tipo de raciocínio lógico-filosófico (passível de ser transposto para campo científico) que embasa o pensamento dentro deste paradigma. Ela formula um questionamento que visa reconstituir a trajetória de formação de uma entidade a partir de seu estágio atual, em direção ao passado. Por exemplo: *Como teria que ser X para que se tornem objetos de conhecimento para nós? Que propriedades teriam o objeto X para que ele se tornasse objeto passível ser conhecido por nós?* Este tipo de operação “[...] envolve um questionamento do que o mundo real deve ser para que um *explanandum* específico seja atualizado e, como tal, difere da indução empírica e da dedução lógica” (JESSOP, 2005, p.43 – itálicos no original, tradução livre). Tal procedimento é de caráter geral – assim como a indução ou dedução, embora difira destes pelo fato de que envolve um questionamento sobre como o mundo real deve ser para que um determinando *explanandum* seja realizado – e, portanto, não requer uma técnica específica para sua aplicação. Ao contrário, pode recorrer tanto à “[...] experimentação, medição, observação, etc. sendo estes procedimentos sempre contingentes, falíveis e, talvez, corrigíveis” (idem). Por esta razão o RC abraça o relativismo epistemológico.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Embora reconhecendo a necessidade de procedimentos metodológicos eventualmente distintos entre as ciências sociais e naturais, o RC não especifica que técnicas podem ou devem ser utilizadas e quais não podem ou não devem, deixando a questão aberta à própria verificação transfactual na realidade. Bhaskar (1998, p. 129) gera um modelo de explicação científica em sistemas abertos, composto por com 4 fases:

- (1) *Resolução* de um evento complexo em seus componentes (análise causal).
- (2) *Redescrição* das causas componentes.
- (3) *Retroduction* a possíveis causas (antecedentes) de componentes via afirmações nômicas validadas de modo independente.
- (4) *Eliminação* de causas alternativas possíveis dos componentes. (BHASKAR, 1998, p.129 – itálicos no original, tradução livre).

Este modelo, denominado de modelo RRRE de explicação em sistemas abertos, testemunha a multiplicidade e pluralidade de causas nos passos 1 e 4, respectivamente. Além disso, nas fases 2 e 3 é sublinhado o papel chave desempenhado pelas atividades científicas de redescrição e aplicação transfactual do conhecimento – sendo ambas estritamente incompatíveis com o relato *humaniano* (BHASKAR, 1998).

### III. Sociologia das Organizações, Movimentos Sociais e Ação Coletiva

Nas discussões sobre a ação coletiva, sobretudo nas abordagens clássicas – continuadas ou retomadas nesse milênio –, se destacam as discussões sobre ação coletiva e movimentos sociais em relação aos novos requerimentos da modernidade e a redefinição do sujeito racional para incorporar as identidades culturais (Touraine, Melucci), a articulação do sujeito com o global e local (Giddens), a democracia participativa e deliberativa (Castells y Souza Santos), e o tema sobre autonomia e emancipação (Castoriades y Adorno) (Gohn, 2007; Alonso, 2009).

Nesse debate, merece destaque a teoria da ação coletiva organizada (Friedberg, 1992; 1993a; 1993b), o qual realiza uma síntese entre as abordagens da ação coletiva derivadas da sociologia, as quais frequentemente se dedicam aos estudos dos movimentos sociais, e àquelas discussões originadas das ciências da gestão, pautadas sobretudo pelo estudo das organizações formais; dentro do que ele viria a considerar como sistemas sociais de ação concreto, os quais se caracterizam pela modulação, em graus distintos, da interação inscrita (tida como participação obrigatória) de seus atores frente a um problema comum, e enquadrados (inscritos) em uma situação da qual não podem



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

facilmente sair. É desse contexto, onde a interação é regulada por constrangimentos estruturais e recursos assimetricamente distribuídos e possuídos, aliados a uma zona de incerteza em relação ao comportamento dos outros, que cada ator tende a agir de forma estratégica, e de cuja resultado emergiria uma ordem local.

Para tanto, recorreu-se ao arcabouço teórico da sociologia da ação coletiva organizada, proposta por Friedberg (1993) e continuada por seus colaboradores (Musselin, 2005), em particular, resgatamos estas contribuições teóricas à luz de sua reinterpretação pelo realismo crítico, de onde derivou-se a elaboração de um Modelo de Estruturação da Ação Coletiva Organizada (Pimentel, 2012).

#### **IV. Esboço de uma Teoria Morfogenética e Morfoestática para a Ação Coletiva Organizada**

Mais recentemente, Pimentel (2012a; 2014a, b; 2017) resgata esta abordagem ressitando-a em uma perspectiva paradigmática realista-crítica, originando um Modelo de Estruturação da Ação Coletiva, o qual assume a premissa de um campo<sup>6</sup> social, como um espaço social institucionalizado por um conjunto de regras do “jogo”. Nesse espaço físico e social na realidade, é onde as restrições estruturais são formadas e se tornam materializadas.

Dito de outro modo, na ordem institucional, para que as organizações se coloquem como agentes coletivos e possam agir na realidade tendo uma eficácia causal e, portanto, existirem em algum dos tipos de realidade, elas devem ser capazes de exercer atuação política (poder) na esfera pública coletiva. Sua ação será manifestada no nível fenomênico por um conjunto de eventos (práticas sociais deliberadamente ordenadas e articuladas) e no nível empírico, por meio da manutenção e da alteração da realidade material, bem como da produção de elementos artefatuais de mediação e intervenção na realidade.

Mas, para que as organizações existam (como atores coletivos de fato capazes de exercer seu poder na esfera pública coletiva, em nível institucional), é necessária a existência precedente de uma associação. Ou seja, os indivíduos precisam se reunir em torno de ideais, valores e representações compartilhadas. Do contrário, eles não poderão se organizar formalmente para exercer seu poder,

---

<sup>6</sup> Definição utilizada pela sociologia francesa, amplamente utilizada por Pierre Bourdieu.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como entidade coletiva, na realidade.

Mas, por sua vez, para que os indivíduos se unam em uma associação, é preciso haver uma estrutura espaço-temporal que coloque os indivíduos, primeiramente, em contato e, em seguida, em interação. Assim, o compartilhamento de uma situação de copresença constrange os indivíduos de tal modo que se torna (ou pelo menos que eles sintam que seja) imperativo que eles atuem em conjunto. A partir dessa necessidade de ação, e segundo as restrições que se lhes colocam num dado contexto, se desenvolverão formas de regulação espontâneas que tenderão a evoluir para outras mais deliberadas, pensadas e formais.

Será desenvolvida, de forma mais específica, uma série de três argumentos (A1, A2 e A3) inter-relacionados que, no seu conjunto, pretendem contribuir para aumentar o potencial explicativo da teoria das organizações sobre sua própria constituição e a maneira como funcionam no mundo real. Assim, especificamente, pretende-se argumentar que, no domínio do real, (A1) o espaço físico seria uma condição necessária, mas não suficiente, para a constituição de identidade e que (A2) esta seria uma condição necessária, mas não suficiente para a formação de um ator coletivo: a organização, que por sua vez (A3), é uma condição necessária, mas não suficiente para o exercício da atuação política (poder) na ordem institucional.

O modelo em tela, se debruça sobre o processo morfogênico de estruturação da ação coletiva, gerando uma coletividade e subjetividade própria a esse nível ontológico e irreduzível da realidade, podendo transformar ou manter as estruturas imperantes. Dessa maneira, o Modelo assume três grandes níveis de análise importantes entre si, que se apresentam em níveis da realidade social, são eles: (Momento 1) interação mediada pela compartimentação do espaço comum, (Momento 2) a formação de uma identidade social coletiva, e (Momento 3) a criação de mecanismos de estabilização do poder.

O primeiro momento (M1) se refere a espacialização, dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite os indivíduos compartilharem da mesma situação ou do mesmo contexto da realidade material, sendo possível observar os seguimentos de ações e escolhas. Esta situação de copresença estabelece a base para a interação das entidades.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O segundo momento (M2), se refere à identificação, ou melhor, à identidade, que unifica os indivíduos em interação. Estabelecem os limites do grupo social, suas bases ideais e afetivas, seus valores e os sentimentos de afiliação e pertencimento do indivíduo a este grupo social. Sendo capaz de gerar um grupo, ainda pouco estruturado, que se delimita a partir de uma identidade comum, que se assemelha internamente e se diferencia externamente dos demais grupos sociais e indivíduos. Enquanto ocorre o processo de crescimento do grupo e ele se converte em algo mais complexo, pouco a pouco, com a divisão interna do trabalho, em papéis e posições específicas, se vão introduzindo os mecanismos de poder.

O terceiro momento (M3), se refere à introdução e estabilização desses mecanismos (de poder), por meio de um processo duplo: um, internamente, de delegação, por meio do qual os indivíduos atribuem ao outro o poder (a capacidade, a legitimidade para representar aos delegados); e outro, externamente, de expressão ou representação política (onde os representantes têm a autonomia de atuar e falar em nome da coletividade). Esse processo ocorre por meio de mecanismos formais e estruturados tais como a hierarquia e a divisão do trabalho. Em termos dessa capacidade da ação coletiva organizada se manifesta na forma da realidade social, onde os sujeitos sociais coletivos possuem capacidade para exercer coerção, reconhecido por ser a “organização formal”, altamente estruturada sendo cada vez mais objetivada, externalizada e independente de ações específicas de um indivíduo ou de uma relação específica. É que, dessa organização estruturada, onde emerge o poder causal da manifestação pública na área social, exercendo sobre as demais estruturas sociais e nas instituições, com capacidade de moldar já que possuem recursos e legitimidade, tendo a propriedade de exercer poder, reproduzir e transformar a realidade.



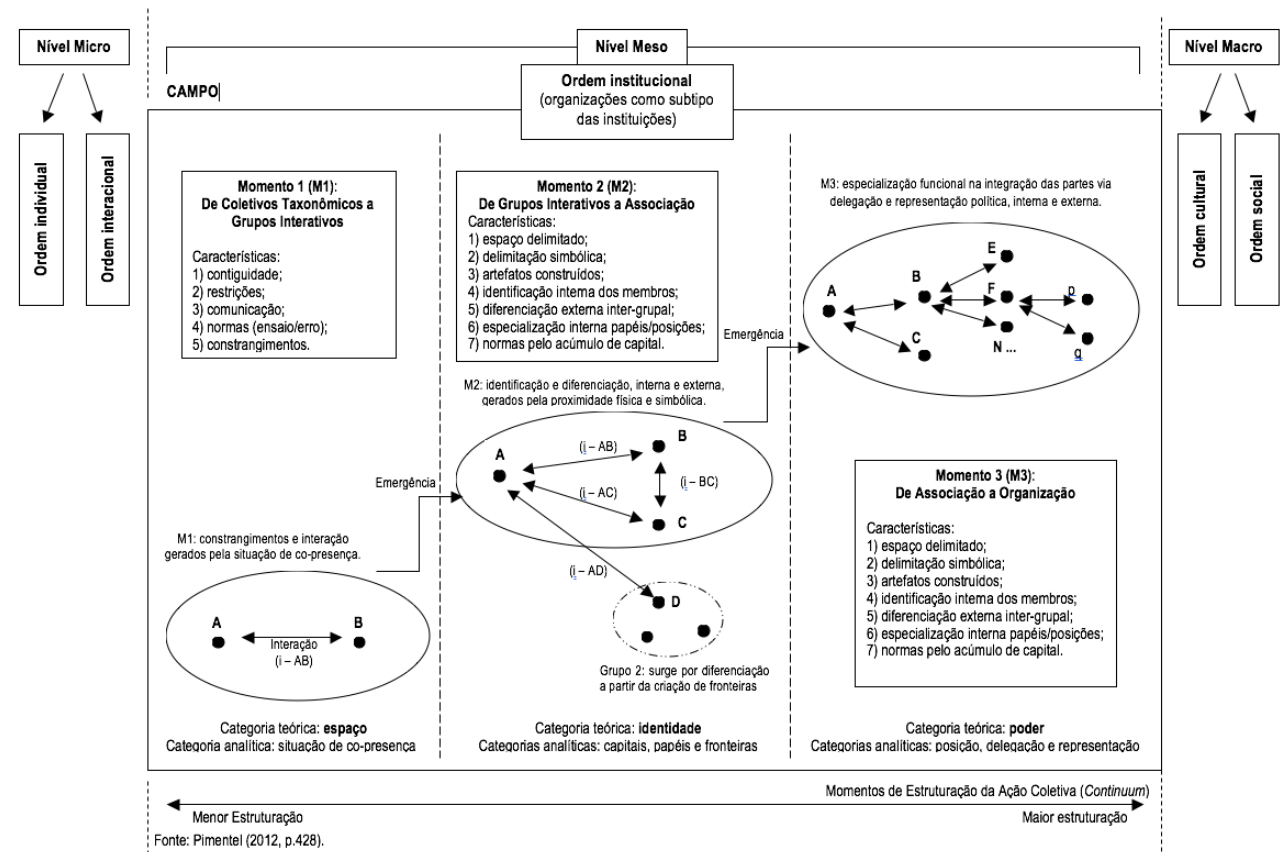
## XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Figura 1: Modelo de Estruturação da Ação Coletiva ou Esboço de uma Teoria Morfogenética e Morfoestática para a Sociologia das Organizações.**



## V. Conclusões

Como resultados, identificou-se a existência de três estruturas gerativas – o espaço, a identidade e o poder –, envolvendo diferentes componentes que se manifestam sob diferentes modos de realidade (material, ideal e social, respectivamente), cujos processos de enquadramento e fixação, de identificação e diferenciação, e de delegação e representação (respectivamente) conduzem às interações entre os indivíduos e à aquisição de padrões específicos bem como à mudança estrutural, morfológica e causal, atribuindo diferentes poderes causais a cada um desses estágios: aproximação e agregação, no momento 1 (M1); criação de uma unidade (exterior e irreduzível ao indivíduo) e coesão diferentes de outras entidades, no momento 2 (M2) e, por fim, a instauração de uma ordem e



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

capacidade de intervenção deliberada na realidade social, em âmbito institucional, no momento 3 (M3).

Os três momentos sintetizados estão relacionados por meio da proposição de um modelo teórico de análise morfogenética da estruturação da ação coletiva. Apesar de este modelo se aplicar especificamente à análise da ação coletiva e de não ter sido validado empiricamente, sua contribuição original reside no fato de fornecer a elaboração de um quadro teórico suficientemente amplo e, ao mesmo tempo, específico para a análise das organizações, em particular, e da ação coletiva, em geral, em especial quando acrescentamos sua interface com a orientação ontológica e epistemológica do realismo crítico. Empiricamente, esta proposta traz um relato preciso de integração dos níveis micro e macro da realidade, por meio da atuação específica das organizações e instituições no nível mesossocial, que poderá ser aplicado para intervenção na realidade.

Um elemento inovador nesta proposta, acreditamos que o mesmo seria a tentativa de atacar o problema da estruturação da ação coletiva a partir de uma perspectiva diferente daquela em que frequentemente é tratada, tentando utilizar, para isso, a noção de organização como elemento central e mediador das relações sociais, como propõem Fleetwood (2008b) e Elder-Vass (2010), e cujas características de sua estrutura interna, ao serem identificadas e analisadas, podem trazer contribuições no sentido de prover fundamentos que auxiliem a sistematização e a possibilidade de uma convergência teórica a partir de algumas das principais características e elementos da TO com o RC, produzindo assim (condições para) uma nova síntese teórica da sociologia das organizações.

Por fim, além dessa pretensa contribuição (e inovação) de cunho filosófico para o campo do estudo das organizações, este trabalho pretende trazer uma proposta teórica singular de releitura, discussão e explicação da própria noção de organização, como processo e como entidade – que é tema central dos estudos organizacionais e da sociologia das organizações –, pela introdução do espaço físico e simbólico e da identidade como estruturas gerativas da organização que, por sua vez, fundamenta o exercício do poder.

## **VI. Bibliografia**

Acrkoyd, S. (2000). Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In:



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- Acrkoyd, S. and Fleetwood, S. *Realist perspectives on management and organizations*. London (UK): Routledge.
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86.
- Amaral, A., Neave, G., Musselin, C. & Maassen, P. (Eds). (2009). *European Integration and the Governance of Higher Education and Research*. Dordrecht: Springer.
- Archer, M. S. (2000) *Being Human: the problem of agency*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2000. 323p.
- Archer, M. S. (2002) Realism and the problem of agency. *Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)*, 5(1), 11-20.
- Bhaskar, R. (1989) *Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy*. Verso: London/New York.
- Bhaskar, R. R. (2008) *A Realist Theory of Science*. New York (USA): Routledge /Taylor & Francis e-Library, 2008 [1975]. 310p.
- Bourdieu, P. (1989) O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 311 p. (Memória e Sociedade).
- Bourdieu, P. (2001). Principios de una Antropología Económica. In: Bourdieu, P. *Las Estructuras Sociales de la Economía*. 1ª Ed. [1ª Reimp., 2002] Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL., pp. 219-262.
- Brante, T. (2001). Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. *Sociologia. [online]*. (36): 9-38.
- Buckley, W. (1971). *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Crozier, M. (2000). *A quoi sert la sociologie des organisations?* 2v. Paris: Arslan.
- Crozier, M., Friedberg, E. (1995). Organisations et action collective. In: Crozier, M. *A quoi sert la sociologie des organisations?* Paris: Éditions Seli Arslan.
- Dimaggio, P. J. & Powell, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr.-jun.
- Dobbin, F. (2008) The poverty of organizational theory: Comment on: "Bourdieu and organizational analysis". *Theor Soc*, 37:53–63.
- Domingues, J. M. (1995). *Sociological Theory and Collective Subjectivity*. 1. ed. Londres/Basingstoke/Nova York: Macmillan/Saint Martin's Press, 1.
- Domingues, J. M. (2012). *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: towards a Renewal of Critical Theory*. 1. ed. London and New York: Routledge, 1.
- Dye, T. (2009). *Understanding public policy*. (13<sup>th</sup> Edition). New York: Longman Press.
- Elder-Vass, D. (2006) *The Theory of Emergence, Social structure, and Human Agency*. Unpublished PhD thesis, Birckbeck College, London.
- Elder-Vass, D. (2010) *The Causal Power of Social Structures: Emergence, Structure and Agency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fleetwood, S & Ackroyd, S. (2004) *Critical Realist Applications in Organisation and Management Studies*. Routledge (UK): London.
- Fleetwood, S. (2005) Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. *Organization*, 12 (2), 197-222.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- Fleetwood, S. (2008). Institutions and social structures. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(3): 241-265.
- Fleetwood, S. (2008a.) The ontology of things, properties and powers. *Journal of Critical Realism*, v. 8, nº 3,
- Fleetwood, S. (2008b). Structure, institution, agency, habit and reflexive deliberation. *Journal of Institutional Economics*, 4(2).
- Fleetwood, S. (2011). Powers and tendencies revisited. *Journal of Critical Realism*, 10 (1).
- Friedberg, E. (1992). Les quatre dimensions de l'action organisée. *Revue Française de Sociologie*, 33(4).
- Friedberg, E. (1993) L'approche organisationnelle comme outil: les implications pour la recherche et pour l'action. pp.288-384. In: Friedberg, E. *Le Pouvoir et la Règle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil.
- Friedberg, E. (Org.) (1996). Organização. (Cap. 9. p.375-412). In: Boudon, R. & Baechler, J. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar. 601p.
- Friedberg, E. (1993) *Le Pouvoir et la regle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Ed. du Seuil. 404p.
- Gurvitch, G. (Aug. 28, 1941), Mass, Community, Communion. *The Journal of Philosophy*, vol. 38, no. 18, pp. 485-496.
- Harré, R. H. (1988). *As filosofias da ciência*. 2ª Ed. Lisboa: Edições 70,.
- Jessop, B. (2005) Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. *New Formations*, 56, (s/n), 40-53.
- Musselin, C. (2004b). Approche organisationnelle. In : Dictionnaire des politiques publiques. Boussaguet, L., Jacquot, S. & Ravinet, P. (Ed.). Paris: Presses de Sciences Po.
- Musselin, C. (2005/1). Sociologie de l'action organisée et analyse des politiques publiques : deux approches pour un même objet ?, *Revue française de science politique*, Vol. 55, p. 51-71. DOI : 10.3917/rfsp.551.0051
- Musselin, C. (2005b). Sociologie de l'action organisée et analyse des politiques publiques : deux approches pour un même objet ?, *Revue française de science politique*, 55 (1): 51-71.
- Pimentel, T. D. (2012). Espaço, Identidade e Poder: *esboço de uma teoria morfogenética e morfoestática para a sociologia das organizações*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG.
- Touraine, A. (1969). *La société post-industrielle: naissance d'une société*. Editions Denoel, Paris.
- Touraine, A. (2006). Los movimientos sociales. *Revista colombiana de Sociologia*, n. 27, pp. 255-278.
- Vandenberghe, F. (2007a). Avatars of the Collective. A Realist Theory of Collective Subjectivities. *Sociological Theory*, 25 (4), pp. 295-324.
- Vandenberghe, F. (2007b) Une ontologie realiste pour la sociologie: système, morphogenèse et collectifs. *Social Science Information*, 46 (3), pp.487-542.
- Vandenberghe, F. (2010) *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ.